



### Uma luta desigual?

## “A corrupção está sempre à frente do *compliance*”

Do não cumprimento à falta de meios de investigação, ainda falta uma cultura de *compliance* entre as empresas portuguesas no combate à corrupção. Na Advocatus Summit, os especialistas confirmaram que prevenir é mesmo o melhor remédio.

Por ANA SOFIA FRANCO

**D**o primeiro painel da Advocatus Summit ficou claro que a luta entre corrupção e *compliance* será quase sempre desigual. Se por um lado “o criminoso está sempre uma jogada à frente”, como referiu Paulo de Sá e Cunha, sócio da

Cuatrecasas, por outro “as empresas já têm mecanismos de deteção, mas depois não têm os meios de que as autoridades dispõem”, explicou Sofia Ribeiro Branco, sócia da VdA.

Para o advogado de direito penal, “os mecanismos de *compliance* são uma peça fundamental no combate à corrupção”. O

certo é que as empresas estão mais “próximas da corrupção se ela existir” dentro da organização e por isso a sua postura e reação será fulcral para a investigação posterior, disse a advogada, que defendeu uma maior consciencialização das várias organizações.

**Portugal está “longe de ter um estado de arte em *compliance*”**

No geral, as empresas ainda sofrem de falta de preparação e de foco em



"[Sobre o risco da reputação das empresas:]  
Muitas vezes, os processos iniciam-se, são  
mediatizados, e na verdade ainda nada aconteceu"

**Sofia Ribeiro Branco**

Sócia da VdA

adotar medidas preventivas e em ter equipas prontas a mitigar situações de risco. Um problema que é cultural, disseram os especialistas. "Temos uma cultura um pouco afastada. Assistimos recentemente a isso com o RGPD, senti-se uma grande distância das PME em relação ao tema e uma reticência em adotar medidas preventivas", disse Rui Pedro Almeida, CEO da Moneris.

"Ainda estamos muito longe de termos



"A lógica das empresas tem sido esta 'se vier uma infração, depois pagamos a coima' e isso já não é uma opção porque os custos de se montar um sistema de compliance compensam no futuro"

**Paulo de Sá e Cunha**  
Sócio da Cuatrecasas

um estado de arte de *compliance* em Portugal", apontou. Rui Pedro Almeida sugeriu às empresas que não adotassem uma abordagem aos temas de *compliance* demasiado "reativa", porque nesse ambiente nem sempre a resposta é a mais eficaz.

#### MEDIDAS MAIS APERTADAS

Embora o cenário legal atual esteja melhor, Paulo de Sá e Cunha sugere que se tornassem as medidas de controlo de corrupção

"mais rigorosas", tanto para os paraísos fiscais, as chamadas *offshores*, como para as medidas de combate ao branqueamento de capitais.

"Há um conjunto de peças do puzzle que se vão alinhando e que tornam mais difícil que exista uma circulação de dinheiro de forma discreta", defendeu.

#### REPUTAÇÃO PODE SER RISCO FATAL

Mas como recordou, e bem, Miguel Ro-

cha, diretor executivo do Observatório Português de Compliance e Regulatório, existe outro grande risco associado à corrupção – o risco reputacional –, "que tem um impacto além dos negócios, além das empresas". O também advogado defende uma adaptação dos códigos de conduta das empresas às medidas de *compliance*.

**Mas como passar estes regulamentos à prática?** "Numa fase inicial tentar aplicar esses códigos, mas a realidade operacional das PME não está ao nível das grandes empresas e isso é o grande *gap*", apontou Miguel Rocha.

#### QUANDO O PROBLEMA É... DAS LEIS

O advogado da Cuatrecasas não deixou de realçar outro obstáculo às empresas em cumprir o *compliance* porque em Portugal as leis sofrem alterações constantes. "Alteramos muito as nossas leis, e muito



Moderador:  
António Costa,  
publisher do ECO



“Pessoalmente, tenho a convicção de que a nossa perceção de corrupção vai além da prática. Achamos que existe mais do que realmente existe. E isso prejudica a relação entre empresas”

**Miguel Rocha**

Diretor executivo Observatório Português de Compliance e Regulatório



“A corrupção é um grande risco à democracia e à iniciativa e mina a confiança dos agentes económicos”

**Rui Pedro Almeida**

CEO da Moneris

rapidamente”, apontou. E a seu ver esse é um problema, “mas temos de nos adaptar. Será sempre uma variável”.

Mas mesmo as empresas que parecem ser as mais eficientes a cumprir com as últimas regras de *compliance* podem estar mal internamente. Sobre este aspeto, “é preciso lembrar que o Banco Espírito Santo (BES) antes de colapsar tinha um dos melhores sistemas de *compliance*” em Portugal, recordou Sá e Cunha.

#### **JUSTIÇA: COMO GEREM A RELAÇÃO COM AS EMPRESAS AFETADAS?**

Outro dos pontos abordados foi a relação das empresas com os tribunais. Muitas

vezes, “os processos iniciam-se, são mediatizados, e muitas vezes ainda nada aconteceu”, contou Sofia Ribeiro Branco, que revela que os tribunais já começam a estar sensibilizados para fazerem auditorias às empresas. Mas quando arranca um caso, a empresa não pode fazer muita coisa senão tentar cooperar. “Quando a investigação criminal se inicia, o processo fica em segredo de justiça e a empresa não tem acesso ao que está a decorrer no âmbito judiciário, mas têm os seus mecanismos de atuação e contributo para que possam procurar as razões pelas quais foram atingidas”, explicou a advogada.

#### **QUEREM-SE EQUIPAS CONSCIENTES E MULTIDISCIPLINARES**

Muitas das soluções que as organizações adotam não são à “medida” de cada uma. “É preciso adotar um processo personalizado, e há um mundo a desenvolver e criar esta cultura de *compliance* que ainda não está muito desenvolvida”, referiu Sá e Cunha.

**À pergunta: “A corrupção é um dos riscos de negócio mais relevantes?”, 82% da plateia respondeu que sim.**

Além disso, são cada vez mais precisas equipas multidisciplinares nas organizações “para poderem responder aos vários desafios”, disse Miguel Rocha, sobre os recursos humanos das empresas dedicados ao *compliance*. “E estas equipas têm de estar coordenadas”.

O CEO da Moneris explicou que “a corrupção está sempre à frente do *compliance*” e que, por isso, “temos de nos proteger com medidas preventivas e depois, sim, é que entra a Justiça com medidas corretivas”. Porém, a falta de cultura em Portugal sobre estes temas não ajuda. “A mensagem ainda não é suficiente, o *compliance* tem de ser visto além de um exercício burocrático. É um sistema vivo”, rematou. ●